



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 11 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO

Para baratear custos, empresas ampliam importação de insumos 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Base cobra novo modelo de relação com Dilma 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Crise da indústria se agrava e assusta 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Senadores têm fantasmas e denunciados nos gabinetes 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Rio+20 pode chegar a um resultado tímido 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

REVISTA ÉPOCA

O mito da desindustrialização 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADAO.COM

Tsunamis, guerra cambial e a indústria 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

AMAZONAS NOTÍCIAS

Audiência pública na CMM aponta conquistas e desafios do modelo Zona Franca de Manaus 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Para baratear custos, empresas ampliam <u>importação</u> de insumos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fernando Dantas

Segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, a saída da indústria para os seus problemas tem sido a de aumentar a importação de componentes, peças e matérias primas, como forma de conter os custos. Isso, contudo, torna mais ralo o tecido industrial.

Os péssimos números recentes da indústria, para Mendonça, têm alguns componentes de curto prazo, como reciclagem de estoques e uma mudança nas regras de emissões de motores de caminhão, que perturbou fortemente este mercado.

"Mas não tenho dúvida de que o problema é mais profundo e, mesmo sem ser agudo, está ficando crônico", ele acrescenta.

Mendonça vê o câmbio valorizado como apenas uma de várias causas dos problemas da indústria, como escassez e encarecimento da mão de obra qualificada, alta carga tributária e elevado custo da energia. Ele acha que estes três últimos fatores tendem a piorar nos próximos anos.

Octavio de Barros, diretor de pesquisa econômica do Bradesco, acha que uma das causas principais dos problemas da indústria no Brasil é a sobreoferta global. "O mundo está abarrotado de manufaturados", ele diz, indicando a sobra de quase 30 milhões de veículos e 500 milhões de toneladas de aço.

Como seu alto crescimento, o Brasil atrai os excessos da produção industrial global. Na pesquisa industrial mensal do Bradesco, com duas mil indústrias, o porcentual que relata aumento de concorrência nos últimos seis meses saiu de 28% em meados de 2010 para 38%.

Porém, mesmo com as dificuldades, Barros diz que "é temerário falar de desindustrialização em um país que tem o segundo mais diversificado tecido industrial de todo mundo emergente, depois da China".

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Base cobra novo modelo de relação com Dilma		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A crise na base do governo no Congresso já tem sua primeira consequência. Os principais dirigentes dos partidos integrantes da coalizão da presidente Dilma Rousseff querem um novo modelo de relacionamento com o Planalto, com menos poder para o PT, mais diálogo entre os parlamentares e o cumprimento das promessas de liberação das emendas, informa o repórter João Domingos. Os aliados acham que o PT leva muita vantagem sobre os demais 16 partidos da coalizão na ocupação dos espaços. "Nossos **Ministérios** não dispõem de verbas para que possamos anunciar obras nos municípios. Ficamos na dependência do PT", afirma o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN). Na próxima terça-feira, Dilma tentará fazer gesto público de conciliação para apaziguar os aliados, informa a repórter Vera Rosa

Em crise com o Planalto, base aliada exige mais diálogo e menos poder ao PT

JOÃO DOMINGOS / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Rebelados com o governo, os principais dirigentes dos partidos integrantes da coalizão da presidente Dilma Rousseff querem um novo modelo de relacionamento com o Palácio do Planalto, com menos poder para o PT, mais diálogo entre os parlamentares e o cumprimento das promessas de liberação das emendas parlamentares. Insatisfeita com a articulação política e com atitudes do PT, a base aliada impôs uma derrota política a Dilma na semana passada ao rejeitar a indicação de Bernardo Figueiredo com diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Os aliados acham que o PT leva muita vantagem sobre os demais 16 partidos da coalizão na ocupação dos espaços e nos dividendos políticos de realizações do governo.

O PMDB - porta-voz do descontentamento geral - reclama que não recebe crédito por programas bem-sucedidos do governo, embora contribua para aprová-los. Gaba-se de ser mais fiel que o PT. Cita a aprovação do Fundo de Previdência dos Servidores (Funpresp) na Câmara, quando registrou só três votos contrários ao governo. O PT teve oito dissidentes.

O PMDB reivindica também maior autonomia sobre os **Ministérios** que comanda: Agricultura, Assuntos Estratégicos,

Minas e Energia, Previdência e Turismo. "Ao contrário dos **Ministérios** do PT, como Saúde e Educação, e do PSB, como Integração Nacional, nossos **Ministérios** não dispõem de verbas para que possamos anunciar obras nos municípios. Ficamos na dependência do PT", afirma o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN).

O problema, de acordo com os peemedebistas, é que mesmo nessa situação, sem poder anunciar obras nem convênios, os **Ministérios** ainda são tutelados. O titular da Agricultura, Mendes Ribeiro, não pode fazer nada sem consultar as ministras Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais). O mesmo ocorre com o **Ministério** do Turismo. O ministro Gastão Vieira vive sob vigilância.

"São essas coisas que têm de mudar. O PT não pode fazer festa só para os petistas. Tem de compartilhar o anúncio dos convênios e obras com todos os partidos", critica Henrique Alves. Ele lembra ainda que no final do ano passado houve um acordo do qual participou a ministra Ideli Salvatti, segundo o qual as emendas dos parlamentares seriam liberadas. Mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou o corte de todas essas emendas.

Lacuna. Na opinião dos dirigentes de partidos aliados, falta ao governo encontrar um substituto para o ex-ministro Antonio Palocci (Casa Civil), obrigado a sair do governo em junho passado depois da revelação de que teria multiplicado seu patrimônio por 20 vezes em quatro anos.

Na época de Palocci, comenta um peemedebista, ele recebia a lista de reivindicações e dizia: "Vamos com calma. Não consigo tirar algo da presidente no primeiro encontro. Temos de negociar por umas três ou quatro vezes. Mas fiquem tranquilos que tudo será atendido." Com Palocci, as nomeações saíram. Depois que foi embora, suspeita-se até de que as listas de pedidos entregues a ele desapareceram.

Lá e cá. Com 37 deputados e sete senadores, o PR vive uma situação dúbia. Não sabe se é governo ou se é independente. Aguarda o pagamento da promessa de um **Ministério**. Embora a pasta dos Transportes tenha sido entregue a Paulo Sérgio Passos, filiado ao PR, os parlamentares da legenda não se sentem obrigados a votar

com o governo, porque não se consideram representados pelo ministro.

Para o líder do PR, Lincoln Portela (MG), o problema do governo é a "hermenêutica". "Ninguém do governo se entende com o Congresso. É preciso encontrar uma forma de

falar que seja comum aos dois lados." Entre os exemplos da falha na "hermenêutica", Portela cita a liberação de emendas. "O governo não cumpre a lei e não libera o dinheiro das emendas para as obras."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Crise da indústria se agrava e assusta		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo quer reagir, mas economistas veem soma de fatores negativos, como real forte, escassez de mão de obra e custo da energia

FERNANDO DANTAS / RIO - O Estado de S.Paulo

A ameaça de desindustrialização chegou ao núcleo das preocupações do governo, com os números muito ruins da indústria no **PIB** de 2011 e na **produção** industrial mensal. O pior, porém, é que as projeções para 2012 também são desanimadoras. Instituições ouvidas pelo "Estado" preveem queda na **produção** industrial mensal no primeiro trimestre, e acham difícil que o crescimento no ano supere os 2%. Em 2011, a expansão foi de 0,3%.

Nos últimos dias, em resposta aos problemas da indústria, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que vai estender a desoneração da folha salarial a diversos novos setores industriais. Além disso, deixou claro que fará tudo ao seu alcance para evitar a sobrevalorização do real, que prejudica a indústria.

Para alguns economistas, algumas características da economia brasileira combinaram-se com um contexto global desfavorável para debilitar a indústria brasileira. Em contrapartida, o setor de serviços, que não sofre a concorrência internacional, está cada vez mais aquecido.

Os desembolsos do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) nos últimos anos parecem sustentar aquela visão. Entre 2002 e 2011, os desembolsos para o setor de serviços e **comércio** cresceram dez vezes, saindo de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 29,2 bilhões.

No mesmo período, em que houve uma expansão de quase quatro vezes na carteira do **BNDES**, os desembolsos para a indústria cresceram duas vezes e meia, de R\$ 17,4 bilhões para R\$ 43,8 bilhões. Em 2002, a indústria levava seis vezes mais do que os serviços e o **comércio**. Em 2011, apenas 50% a mais.

Para o economista Samuel Pessôa, sócio da consultoria Tendências, "os problemas da indústria brasileira estão

ligados ao modelo de **desenvolvimento** do País, mas a situação sofreu um agravamento depois da grande crise global".

Na sua visão, a redemocratização favoreceu uma política socioeconômica de redistribuição de renda e estímulo ao consumo. Isso, por sua vez, acentuou a característica histórica brasileira de ter taxa de poupança doméstica muito baixa, hoje em 17% do **PIB**, que se compara a níveis bem acima de 20%, e mesmo de 30%, de muitos emergentes.

Países de baixa poupança e alto consumo têm a demanda pressionada, mas enquanto a alta de preço dos bens industriais é limitada pelas crescentes **importações**, o setor de serviços, protegido, é mais atingido pela inflação.

No Brasil, a inflação dos 12 meses até janeiro nos serviços atingiu 9,2%, comparada à deflação de 1,9% dos bens duráveis no mesmo período. Assim, a indústria fica emparedada entre preços contidos pela invasão de produtos **importados** e custos, incluindo salários, que sobem na mesma toada dos serviços.

A situação difícil da indústria também está ligada ao boom do preço das commodities, puxadas pela demanda asiática. Ao produzir um enorme superávit comercial, o setor de matérias-primas permite que o País tenha uma situação de relativa tranquilidade no setor externo, mesmo com o câmbio muito valorizado.

Um fator adicional são os trilhões de **dólares** e euros que os BCs dos países ricos têm injetado nos **mercados**, para estimular as economias avançadas e salvar bancos. A enxurrada de liquidez chega ao País atraída pelos juros altos e valoriza ainda mais o real.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Senadores têm fantasmas e denunciados nos gabinetes		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Passados apenas dois anos da maior crise do Senado, a dos atos secretos para nomear parentes, pelo menos 25 dos 81 senadores persistem no hábito do empreguismo. Nos gabinetes de Brasília ou em seus estados de origem, os senadores abrigam funcionários-fantasmas - estudantes que moram fora do país, e médicos e advogados que passam o dia exercendo sua profissão longe da casa, como mostra o levantamento feito por Chico de Gois e Roberto Maltchik. Outro grupo de funcionários inclui denunciados pelo Ministério Público e políticos cassados por compra de votos. No gabinete do senador Agripino Maia (DEM-RN), "trabalhava" até a semana passada uma estudante de Medicina que desde agosto de 2011 faz estágio na Espanha. A jovem é sobrinha do deputado João Maia (PR-RN) e do ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia, demitido na crise dos atos secretos. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), emprega em seu escritório regional uma fisioterapeuta que também dá expediente de 40 horas semanais em clínicas

Senadores empregam fantasmas e até cassados

Em 30% dos gabinetes, estudantes, advogados e até médicos

Chico de Gois

Roberto Maltchik

CABIDE DE EMPREGOS

Mesmo depois da crise de 2009, quando descobriu-se que atos secretos nomeavam parentes e funcionários-fantasmas em seus gabinetes, senadores não perderam o hábito do empreguismo. Pelo contrário. Usam a estrutura da Casa para acomodar profissionais com atividades particulares, mas que recebem dinheiro público - ou que respondem a processos por mau uso de recursos do contribuinte. Levantamento realizado pelo GLOBO com base no Quadro de Servidores Efetivos e Comissionados demonstra que dos 81 senadores, pelo menos 25 (30%) abrigam em seus escritórios em Brasília ou nos estados desde estudantes que moram fora do Brasil, até médicos e advogados que passam o dia entre clínicas e tribunais. Há também casos de aliados que enfrentam denúncias do Ministério Público ou até mesmo foram cassados por compra de votos.

O presidente do DEM, Agripino Maia (RN), pagava até semana passada mais de R\$ 4 mil mensais em seu escritório político no Rio Grande do Norte para uma servidora fantasma. Estudante de Medicina, em vez de trabalhar para o senador em Natal, ela foi fazer um estágio, em agosto de 2011, na Espanha. Gleika de Araújo Maia é sobrinha do deputado João Maia (PR-RN) e do ex-diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, demitido por manter escondidos os atos de nomeações e benefícios de pessoas protegidas pelos senadores. Depois de procurado pelo GLOBO, o senador demitiu a funcionária.

Já o líder do PMDB, Renan Calheiros (PMDB-AL), após renunciar à Presidência do Senado por causa de acusações de que teria recebido dinheiro de um lobista, mantém velhos conhecidos em seu gabinete. Em 2011, resolveu chamar para trabalhar no escritório regional a fisioterapeuta Patrícia de Moraes Souza Muniz Falcão. De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Cnes), do SUS, ela atua em duas clínicas, uma delas o Instituto Graça Calheiros, por 40 horas semanais. Renan disse não saber.

O peemedebista não abre mão da mulher de seu primo, o empresário Tito Uchôa, sócio do filho do senador, o deputado Renan Calheiros Filho, no Sistema Costa Dourada de Difusão. Vânia Lins Uchôa Lopes teve de deixar um cargo na presidência do Senado, em 2009, acusada de ser funcionária-fantasma. Em 9 de novembro de 2009, ela foi recontratada e até hoje é paga pelo Senado.

No Rio Grande do Norte, o senador Paulo Davim (PV) paga R\$ 8,1 mil para a cardiologista Carla Karini de Andrade Costa, sua sócia em uma clínica no estado. Segundo dados do Ministério da Saúde, ela cumpre 50 horas semanais de trabalho no exercício da Medicina. A assessoria de Davim sustenta que 80% dos pronunciamentos do senador na tribuna do plenário versam sobre saúde. E ela seria a consultora técnica.

"Tudo é tolerado até que vire escândalo"

Além desses casos, nos quais senadores se valem da resolução do Senado criada em 2010 para regulamentar o horário flexível de trabalho, há os parlamentares que não se importam com o passado de seus funcionários de confiança. O

ex-governador do Piauí, senador Wellington Dias (PT-PI), emprega em seu escritório no estado o ex-prefeito de São Pedro do Piauí, Higino Barbosa Filho, cassado pelo Tribunal **Regional Eleitoral** em 3 de novembro de 2009 por abuso de poder econômico e captação irregular de votos. Ele responde a três ações por improbidade administrativa. Wellington alegou que o processo não transitou em julgado - embora Higino tenha sido afastado do mandato por decisão judicial.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) patrocina uma ilegalidade. O jornalista Francisco Sued de Brito Pinheiro Filho, nomeado como assistente parlamentar em 1 de dezembro do ano passado, ganhou outro cargo público, na Assembleia Legislativa de Rondônia. Em 1 de fevereiro deste ano, ele foi nomeado para trabalhar no gabinete da presidência da Assembleia. Embora o acúmulo de função pública seja proibido por lei, Sued continua a receber pelo Senado e pela Assembleia. A assessoria do senador disse, há 10 dias, que Cassol já havia identificado o problema e mandara demitir o funcionário. No entanto, até sexta-feira ele continuava como servidor federal, de acordo com o Quadro de Servidores Efetivos e Comissionados do Senado.

Cassol emprega Carlos Alberto Canosa, seu ex-secretário de Assuntos Estratégicos quando foi governador de Rondônia. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) pediu abertura de investigação contra Canosa por irregularidades em contrato de R\$ 15 milhões para publicidade do governo.

Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) mantém entre seus funcionários Sani Jair Garay Naiamayer. Em dezembro de 2008, a Justiça do Trabalho anulou uma sentença em que o filho de Sani, Cláudio Márcio Almeida Naimaier, havia ganhado direitos trabalhistas em uma ação indenizatória contra o pai. O **Ministério Público** do Trabalho comprovou que a ação foi fraudulenta porque a fazenda Nova Querência, de Sani, sofria duas execuções financeiras da Fazenda Pública do Tocantins, além de duas hipotecas em favor do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). A senadora emprega Abdon Mendes Ferreira, condenado pelo TCE a devolver R\$ 123 mil aos cofres públicos de Crixás por gasto irregular com alimentação, hospedagem e obras.

Cientista político da Universidade de Brasília, Ricardo Caldas disse que a presença de fantasmas e condenados por desvio de dinheiro público faz parte da cultura política do país, que ainda se pauta pela troca de favores.

- Ou você acredita que o senador não está retribuindo um favor? O sistema tende a acobertar até mesmo delitos de outros políticos. Tudo é tolerado até que vire escândalo. Tudo pode ser feito, se não for divulgado.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Rio+20 pode chegar a um resultado tímido		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Alerta é feito pelo negociador do Brasil na ONU. Embaixador reconhece que crise pode até ajudar na conscientização

Liana Melo

Givaldo Barbosa

ENTREVISTA

André Corrêa do Lago

Se a Rio+20 aprovar apenas a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) numa agência especializada das Nações Unidas, como querem os americanos e os africanos, será muito pouco para a conferência que tem a oportunidade histórica de "marcar uma geração". O alerta é do embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil na conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável que ocorrerá em junho no Rio. A mudança de status do Pnuma, defende o embaixador, precisa vir acompanhada de "algum tipo de mandato" maior na estrutura da ONU. O Pnuma é uma instituição quarentona. Nas últimas quatro décadas, produziu importantes relatórios e documentos sobre a questão climática, mas é um braço da ONU sem autonomia para tomar decisões. O tal mandato defendido por Lago pode ocorrer na forma de um comitê, de um conselho, de um fórum. O que importa é que seja garantido que os negociadores não aprovelem exclusivamente o fortalecimento do pilar ambiental do desenvolvimento sustentável. Ele defende o consumo consciente e diz que, nisso, a crise global ajuda.

O GLOBO: O que o senhor espera da Rio+20?

ANDRÉ CORRÊA DO LAGO: A Rio+20 deve ser uma conferência que marque uma geração. É difícil prever como ela vai marcar positivamente uma geração, mas temos que assegurar que o documento que venha a ser aprovado crie certos mandatos, já que o desenvolvimento sustentável tem um paradigma para a área econômica. Esta é uma etapa que precisa avançar.

Como traduzir isso para a economia real?

LAGO: Não adianta dar mais dinheiro para que a África possa fazer um projeto ou outro. Isso é uma ideia

antiga, que já está totalmente esgotada. O mundo tem que pensar como vai funcionar em 2050 com nove bilhões de pessoas na classe média. Já temos a fórmula para erradicar a pobreza, e o exemplo vem sendo dado por países como Brasil, China e Índia. Só não sabemos ainda como administrar ambiental, social e economicamente um planeta com nove bilhões de consumidores.

Mas o senhor disse que essa definição sairá da Rio+20?

LAGO: Na Rio 92, ninguém poderia imaginar que em 2012 Brasil, China e Índia teriam a relevância que têm hoje no cenário internacional. Nem os mais otimistas teriam condições de vislumbrar essa mudança estrutural no mundo. Durante muitos anos se pensou que a pobreza não seria erradicada, que sempre haveria recursos naturais para todos, que a justiça social era para uns e não para outros.

A solução seria transformar o Pnuma numa agência especializada da ONU, como querem os negociadores americanos e africanos?

LAGO: Se o fortalecimento do Pnuma não vier acompanhando de algum tipo de mandato para uma estrutura de desenvolvimento sustentável maior, seria muito pouco para uma conferência desse porte. Não podemos sair da Rio+20 com o fortalecimento apenas do pilar ambiental. É preciso ter o fortalecimento do pilar ambiental, do social e do econômico. Precisamos assegurar que o paradigma do desenvolvimento sustentável seja o paradigma da gestão econômica.

Mas olhando de fora, a impressão é que a Rio+20 está focada exclusivamente no fortalecimento do Pnuma, já que vem se falando pouco de outras áreas. Afinal, como migrar de uma economia de alto carbono para uma economia de baixo carbono? De onde virá o dinheiro?

LAGO: A sociedade está interessada em que a Rio+20 trate da questão do emprego, da justiça social, da proteção social. A sociedade civil do Brasil e de outros países quer mais dos seus governos. E os governos, para poderem se mexer, precisam saber que eles têm esse mandato por parte das suas sociedades civis. Já podemos prever que a Rio+20 vai ser

uma conferência que vai simbolizar essa mudança do mundo que aconteceu nos últimos 20 anos.

Como assim?

LAGO: A voz dos países em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia e Indonésia, vai ser ouvida num grau completamente diferente do que ela tem sido ouvida até agora. A Rio+20 vai refletir esse novo mundo.

Mas nesse novo contexto da geopolítica mundial, com os países ricos em crise e os países emergentes bombando, a tendência não é a disputa entre ricos e pobres ficar mais evidente?

LAGOS: Tudo depende de como a Rio+20 será interpretada. Ela tanto pode ser entendida como uma maior separação entre ricos e pobres, mas também pode ser interpretada como uma extraordinária oportunidade econômica para os países ricos. Espero que a Rio+20 venha a acentuar as enormes oportunidades que essa mudança geopolítica que o mundo está vivendo representa para o mundo contemporâneo.

Se a nova classe média brasileira, chinesa e indiana resolver ir às compras, a conta não fecha. O próprio secretário-geral da ONU para a Rio +20, Sha Zukang, chegou a calcular que, para atender a tal aumento de demanda, seriam necessários cinco planetas Terra.

LAGO: Não podemos achar que só a classe média dos países emergentes é que vai mudar de padrão de consumo. Porque a classe média dos países emergentes está seguindo os padrões de consumo atraentes criados pelos países ricos. É politicamente e moralmente impensável que se vá manter o padrão de consumo dos países ricos e não vá permitir que a nova classe média dos países em desenvolvimento tenham o mesmo padrão.

Mas, afinal, como fechar essa conta?

LAGO: A solução é promover uma imensa discussão sobre a mudança dos padrões de consumo da classe média no mundo. O desafio é desenvolver padrões de consumo que sejam ao mesmo tempo atraentes e compatíveis com a nova classe média emergente, do ponto de vista econômico, ambiental e social. Ainda temos tempo para esperar, mas não temos todo o tempo do mundo.

Mas o senhor acha que os países ricos estão dispostos a investir?

LAGO: Mas não necessariamente será mais caro. Todos nós, todos os dias, fazemos milhões de opções na hora de

escolher um restaurante, uma roupa, um transporte. Essas decisões são tomadas de forma inconsciente das dimensões social e ambiental. É a dimensão econômica que ainda prevalece. A maior conscientização das consequências do consumo é extremamente importante, só que, muitas vezes, isso vem sendo interpretado como novas barreiras ao comércio. Isso acaba dificultando o crescimento dos países em desenvolvimento. O problema é que esse debate não tem avançado na velocidade que deveria.

O senhor espera que venha a ser aprovado algum tipo de taxação na Rio+20?

LAGO: Vai ser muito difícil obter algum resultado concreto dessa conferência. Criou-se uma enorme expectativa em torno desses encontros. Acho que a Rio+ 20 vai mostrar caminhos, vai abrir uma discussão sobre qual vai ser a estrutura de governança do desenvolvimento sustentável, qual vai ser a direção que as metas de desenvolvimento sustentável seguirá, qual será a mudança de padrões de consumo. Não vai ser uma conferência onde se vá assinar documentos.

Em meio a uma crise financeira de proporções gigantescas, é possível parar para pensar sobre isso?

LAGO: Se não houvesse uma crise mundial, aí sim as pessoas estariam acomodadas e seria bem mais difícil falar do futuro. É a crise mundial que vai legitimar o questionamento do modelo atual, porque o modelo atual revelou-se insatisfatório do ponto de vista ambiental, econômico e social. Se tivesse apenas uma crise ambiental, haveria uma tendência de pensar em tratar da questão apenas do ponto de vista ambiental.

O Brasil vem emitindo sinais trocados, mesmo sendo anfitrião da Rio+20. Estamos discutindo um código florestal que pressupõe perdão de dívida aos desmatadores. O Supremo Tribunal Federal está prestes a votar a extinção da lista suja do trabalho escravo. Temos uma política pública que não estimula a compra de produtos verdes. Para onde estamos caminhando?

LAGO: Essas questões estão sendo amplamente discutidas dentro da sociedade de maneira transparente. Se a decisão vai numa direção ou em outra, necessariamente teremos os insatisfeitos. Não podemos perder de vista que toda essa discussão está ocorrendo num contexto de um país democrático. Os sinais que o Brasil está emitindo são reflexo da sociedade que temos. Haverá, inevitavelmente, vencedores e perdedores.

	VEÍCULO REVISTA ÉPOCA		EDITORIA
	TÍTULO O mito da desindustrialização		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O peso da indústria na economia do país não diminuiu - e as exportações na área quase triplicaram nos últimos dez anos

Nos últimos tempos, uma questão normalmente restrita à academia tem despertado um interesse crescente nos gabinetes de Brasília e nas rodas de economistas, empresários e executivos: a desindustrialização. Entendida como o fim ou a redução da produção industrial de um país ou de uma região, a desindustrialização um verbete típico do economês, aquela língua que só os economistas (supostamente) entendem passou a ser tema de discursos acalorados no Congresso Nacional e até de conversas de intelectuais na mesa do bar.

Muita gente acredita que o Brasil esteja passando por esse processo há alguns anos e se mostra preocupada, muito preocupada, com isso. A presidente Dilma Rousseff e José Serra, seu adversário nas eleições de 2010 e candidato a candidato à prefeitura de São Paulo pelo PSDB, fazem parte desse grupo. Há uma desindustrialização em marcha no Brasil, diz Serra. Quero deixar aqui registrado nosso compromisso cada vez maior de fazer com que o que possa ser produzido no Brasil seja produzido no Brasil, e não importado de outros países, afirma Dilma. Na semana passada, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, uniu sua voz de barítono ao coro. A queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) é a prova do processo de desindustrialização do país, disse Skaf.

Num país em que o discurso nacionalista sempre rendeu votos, é de certa forma esperado que os políticos agitem tal bandeira, independentemente de coloração ideológica. Alguns economistas também de diferentes correntes seguem em outra direção. Eles sabem que o assunto comporta vários matizes. Estão dizendo por aí que a indústria no Brasil vai acabar, diz o consultor José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Acho improvável que isso aconteça. Paul Singer, secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e pioneiro do PT, concorda com Mendonça de Barros: Falar em desindustrialização hoje no Brasil é um exagero. É, com certeza, um debate cheio de armadilhas. Abaixo, ÉPOCA responde às principais dúvidas sobre o tema.

O PAÍS ESTÁ OU NÃO SE DESINDUSTRIALIZANDO?

Leia os gráficos que fazem parte desta reportagem. Os dados oficiais mostram que, em dez anos, o volume das exportações de produtos manufaturados aumentou de US\$ 33 bilhões para US\$ 92,3 bilhões. Mostram também que, no mesmo período, a participação total da indústria na composição do PIB manteve-se constante, em torno de 27% ao contrário do que afirma Skaf. Pode até ter havido alguns setores que encolheram mesmo, mas outros cresceram e ocuparam o espaço. É do jogo. No conjunto, ficou elas por elas.

POR QUE, ENTÃO, SE FALA TANTO EM DESINDUSTRIALIZAÇÃO?

O peso dos produtos industriais nas exportações brasileiras efetivamente caiu entre 2002 e 2011 de 54,7% para 36,1%, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Como isso aconteceu, se a participação da indústria na composição do PIB continua constante? A resposta: a fatia da indústria nas exportações caiu não por causa do encolhimento da indústria, mas em razão da expansão de outros setores. Os preços de manufaturados ainda subiram bem menos que no agronegócio, graças à concorrência chinesa (leia o quadro ao lado), beneficiada pelo até agora baixo custo de sua mão de obra. No setor de serviços, preservado, em boa medida, da competição externa, houve um aumento maior de preços que no industrial.

ATÉ QUE PONTO O REAL VALORIZADO ATRAPALHA A INDÚSTRIA NACIONAL?

O câmbio valorizado é sempre um complicador para qualquer país. Ele barateia as importações e encarece as exportações. Por outro lado, leva a indústria a espremer os custos e aumentar a eficiência e a produtividade e isso é bom para a economia como um todo. A concorrência dos importados também favorece o combate à inflação. Foi ela que permitiu a consolidação da estabilidade econômica nos últimos anos. Mais que a questão cambial, a chave para entender a perda de competitividade do setor industrial são as elevações generalizadas dos custos de produção, diz Mendonça de Barros.

O Brasil TEM ADOTADO MEDIDAS PROTECIONISTAS.
QUAL A

CONSEQUÊNCIA DELAS?

A redução da concorrência externa leva quase sempre a um aumento de preços, com impacto negativo na inflação. Quem acaba pagando a conta é o consumidor, enquanto os industriais aumentam seus lucros. A escolha dos setores beneficiados com subsídios e financiamentos generosos favorece o tráfico de influência nos gabinetes do governo e a corrupção.

SE PORVENTURA A DESINDUSTRIALIZAÇÃO VIER MESMO, ELA SERÁ NECESSARIAMENTE RUIM PARA O PAÍS?

Há quem acredite que seria um grande problema. Mas alguns economistas acham que não. Mesmo que os produtos

primários se tornem cada vez mais dominantes em nossas exportações. O perigo é não sabermos administrar a riqueza dos recursos naturais que temos, diz o economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real e autor de um estudo sobre o tema com o brasileiro Albert Fishlow, ex-diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos e do Centro de Estudos do Brasil da Universidade Colúmbia. Segundo ele, se o Brasil aplicar bem as receitas obtidas com as commodities, principalmente do pré-sal, poderá alavancar seu crescimento de forma sustentável no longo prazo, como aconteceu com os Estados Unidos, exportadores de produtos agrícolas no século XIX, e a Noruega, hoje o país mais rico do mundo em termos relativos, que praticamente só exporta petróleo. É inevitável, quando há bonança de recursos naturais, que a mão de obra e os recursos se desloquem para setores como o agronegócio, diz Bacha.

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Tsunamis, guerra cambial e a indústria		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

AFFONSO CELSO PASTORE, ECONOMISTA, EX-PRESIDENTE DO, BANCO CENTRAL, AFFONSO CELSO PASTORE, ECONOMISTA, EX-PRESIDENTE DO, BANCO CENTRAL - O Estado de S.Paulo

Na metade de 2011, havia o temor de que a economia mundial entraria em nova e profunda recessão. O epicentro, dessa vez, estava na Europa, e não nos Estados Unidos. Porém, da mesma forma como ocorreu em 2008, a sua origem seria o colapso do crédito provocado por uma nova crise bancária. Felizmente, o BCE aprendeu com a experiência dos EUA, e por meio da "versão europeia" do Tarp - o LTRO -, atulhou o caixa dos bancos com uma massa enorme de dinheiro barato por prazo longo, tirando o oxigênio da crise bancária que se armava.

Boa parte dos recursos que os bancos tomaram emprestado do BCE fica depositado sob a forma de reservas no próprio BCE, o que inibe a corrida bancária. Outra parte eleva os empréstimos às empresas, diminuindo a recessão. Um terceiro efeito é o aumento moderado da procura por bônus de dívida soberana dos países da área do euro, o que torna menos perversa a dinâmica de suas dívidas. A onda recente de valorização do real não vem de um "tsunami monetário" provocado pelos bancos, que estariam "inundando" o Brasil com esse excesso de caixa. Ela é uma consequência benéfica da ação do BCE, que nos livrou de uma forte desaceleração da economia mundial, e que traz como subproduto a queda da aversão ao risco, que estimula os investidores a buscar ativos em mercados emergentes com melhor desempenho.

Quando cai a aversão ao risco, crescem os ingressos de capitais, valorizando o real. Há uma elevada correlação positiva entre o VIX (índice de volatilidade) e os bônus de alto risco, de um lado, e a taxa cambial medida em reais por dólar, do outro. Quando o real se depreciou, em 2008 e, em menor escala, no terceiro trimestre de 2011, acompanhou de perto os aumentos do VIX e dos spreads dos bônus de alto risco. A recente valorização do real ocorreu paralelamente à queda dessas duas medidas de aversão ao risco. Nos próximos meses, a aversão mundial ao risco muito provavelmente continuará baixa, o que significa a continuidade de forças valorizando o real.

Quais são as consequências desse movimento sobre a economia brasileira? O Brasil é uma economia relativamente fechada ao comércio internacional, mas isso se deve somente ao tamanho do setor de serviços, que abrange pouco mais de 65% do PIB e que praticamente não exporta nem importa. A indústria representa apenas 27% do PIB, mas é um setor suficientemente aberto para que os seus preços, no mercado interno, sejam em grande parte condicionados pelos preços em dólares no mercado internacional, convertidos em reais à taxa cambial vigente.

Quando o governo eleva os estímulos monetários e fiscais para expandir a demanda doméstica, produz efeitos diferenciados sobre esses dois setores. Como o setor de serviços opera fechado ao comércio internacional, consegue repassar os aumentos de custo para os preços domésticos, mas o setor industrial não tem essa liberdade, o que faz com que o aumento da demanda doméstica, em grande parte, vaze para o exterior na forma de elevação das importações líquidas. O PIB não cresce na medida esperada pelo governo, porque a produção industrial não consegue se elevar devido ao aumento das importações líquidas.

Esse movimento tem sido claro nos últimos dois anos. Assistimos a uma "inflação de serviços" muito elevada, com as taxas de 12 meses desses preços no IPCA mantendo-se acima de 9%, mas não há pressões inflacionárias significativas nem nos preços por atacado dos produtos industriais, nem nos bens de consumo incluídos no IPCA, principalmente os bens duráveis. No entanto, há uma forte elevação das importações líquidas. Medidas a preços correntes, elas atingiram, em 2011, perto de 1,5% do PIB, mas medida a preços constantes do ano 2000, o que retira o efeito dos ganhos de relações de troca, as importações líquidas atingiram 6,5% em 2011, tendo saído de perto de 1% do PIB, em 2009. Entre 2009 e 2011, as importações líquidas medidas a preços constantes do ano 2000 cresceram perto de cinco pontos percentuais do PIB, e como a agricultura se defendeu com a elevação dos preços de commodities, grande parte desse aumento foi suportado pela indústria. O governo vem estimulando o consumo, com a demanda total doméstica elevando-se acima do PIB, mas o setor industrial não cresce, em grande parte porque há o vazamento na forma de elevação das importações líquidas.

Em um instigante trabalho apresentado no seminário de conjuntura da FGV, Regis Bonelli estimou, com base nas contas nacionais, o custo unitário da mão de obra. Ele nada mais é do que o salário convertido em moeda estrangeira, dividido pela produtividade da mão de obra. Os resultados mostram que, entre 2003 e 2009, o custo unitário da mão de obra no Brasil cresceu 90%, com o maior aumento ocorrendo na indústria. O grosso dessa elevação se deve à valorização do real, mas é notável que praticamente não houve nenhum aumento de produtividade da mão de obra na indústria. A agricultura teve forte crescimento de produtividade, enquanto que o setor de serviços foi pouco afetado, porque transaciona pouco no mercado internacional e consegue repassar os aumentos para os preços domésticos.

Há tempos sabemos que teríamos de nos preparar para conviver com uma moeda mais forte. Quando o Brasil era prisioneiro da indisciplina fiscal, com uma inflação alta e o País não tinha reservas, não conseguia atrair capitais, e o câmbio era depreciado. Entre 1994 e o ano 2000, por exemplo, os dados de Bonelli mostram um custo unitário da mão de obra em torno da metade do valor de hoje, o que significa um país muito mais competitivo. Mas isso não se traduziu em maior crescimento. Ao contrário, nesse período, caiu a produtividade total dos fatores, e o Brasil conseguiu apenas taxas de investimento muito baixas, próximas de 16% do PIB, o que levou a um crescimento do PIB potencial igual ou inferior a 3% ao ano.

O paradoxo é que, usando a métrica do custo unitário da mão de obra, éramos, naquele período, muito mais competitivos do que hoje, porém crescíamos muito menos. A razão é simples: os desajustes macroeconômicos impediam o crescimento, e o câmbio depreciado não representava mais do que uma ilusão de competitividade.

Era fatal que, com um quadro macroeconômico mais estável, os capitais seriam atraídos, o que é positivo para um país cujas poupanças domésticas são insuficientes para financiar taxas mais elevadas de investimento, e que necessita da absorção de poupanças externas na forma de déficits nas contas correntes. Enquanto realizávamos as mudanças no regime de política macroeconômica que restituíram a nossa

capacidade de crescer, deveríamos ter prosseguido no programa de reformas estruturais e microeconômicas iniciadas no governo FHC e continuadas no primeiro mandato do presidente Lula. Falamos de mudanças na qualidade da política fiscal, com a redução da tributação sobre as empresas, de redução gradual dos gastos correntes do governo e o correspondente aumento nos gastos em infraestrutura, simultaneamente elevando a eficiência produtiva e a poupança do setor público.

Mas o governo resolveu privilegiar o consumo, em detrimento da poupança das famílias, e forçar o aumento dos gastos correntes e das transferências, com o aumento da sua popularidade ocorrendo à custa da queda da poupança do setor público.

A oportunidade das reformas foi perdida, e o risco agora é de gerar uma nova rodada de aumento do protecionismo e de ações atabalhoadas na área cambial. Governos que não têm o diagnóstico correto adotam qualquer diagnóstico. Em teoria, o País pode ser bem mais agressivo no controle cambial, ressuscitando o Fundo de Riqueza Soberana e taxando investimentos estrangeiros diretos, mas não pode se esquecer de que continua dependente da absorção de poupanças externas para financiar os investimentos, tanto quanto depende dos investidores externos para ampliar o mercado de capitais.

Pode, também, enveredar um grau maior de protecionismo. Afinal, há vizinhos que optaram por esse caminho, e um país que já teve a malfadada experiência da Lei de Informática, e que, para garantir um elevado índice de conteúdo nacional, produziu "carroças" em vez de automóveis, pode perfeitamente mostrar que é capaz de produzir "tablets", ainda que ao dobro do preço internacional.

Mas não estaremos, com isso, melhorando nem a produtividade nem a capacidade de crescer.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA
TÍTULO Audiência pública na CMM aponta conquistas e desafios do modelo <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO		ENFOQUE DE INTERESSE
		VEICULAÇÃO NACIONAL

Fábio Alencar

A Câmara Municipal de **Manaus** (CMM) realizou, na manhã desta quarta-feira (7), uma audiência pública em homenagem aos 45 anos da **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**. A cerimônia, proposta pelos vereadores Isaac Tayah e Marcel Alexandre, foi marcada principalmente por elogios à pujança do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e questionamentos sobre os desafios a serem enfrentados pelo modelo **ZFM** nos próximos anos.

Ao discursar para 37 vereadores e demais convidados presentes, o **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, destacou que, apesar do pouco tempo à frente da autarquia, conseguiu abrir um **importante** canal de comunicação com o **Governo Federal**, por meio do qual já foram obtidos resultados significativos, como, por exemplo, a publicação de 33 Processos Produtivos Básicos (**PPBs**) nos dois primeiros meses deste ano contra 55 em todo o ano passado.

Nogueira também lembrou que medidas conjuntas do Estado com a União também têm contribuído para o sucesso da **ZFM**, citando, como exemplo, os benefícios para a **produção** de dispositivos de cristal líquido (LCD) no **Amazonas**. “Medidas foram adotadas pelos governos federal e estadual que permitiram a manutenção desse polo em **Manaus**. Uma intervenção **importante** feita pelo Governo do Estado possibilitou que, ao invés de se fazer uma **importação** do display, que significava 80% da televisão, nós tivéssemos esse bem montado aqui, em cinco grandes empreendimentos”, disse.

Elogios e questionamentos

Entre os diversos vereadores que se pronunciaram, o vereador Homero de Miranda Leão ressaltou o benefício ambiental proporcionado pela **ZFM**, que permitiu a preservação de 98% da floresta do Estado do **Amazonas**, mote da campanha dos 45 anos do modelo que circula em mídia nacional. “Sem o Polo Industrial, que outra alternativa teríamos?”, questionou. Ele ouviu de Thomaz Nogueira que a

ZFM será levada para a conferência Rio+20 como exemplo de modelo ambiental de sucesso do governo brasileiro.

A vereadora Lúcia Antony, por sua vez, além de afirmar que o modelo **ZFM** merece reconhecimento por todo o êxito alcançado, fez indagações ao **Superintendente** sobre o **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**. Nogueira disse que o **CBA** enfrenta atualmente problemas de ordem institucional que o impedem de ter a autonomia necessária, mas que isso será resolvido ainda este ano. O **Superintendente** se comprometeu ainda a marcar uma visita dos vereadores ao Centro para que eles possam conhecer pessoalmente a instituição e tirar suas próprias conclusões sobre o projeto.

Dos vereadores Marise Mendes e Ademar Bandeira, o **Superintendente** da **SUFRAMA** ouviu questionamentos sobre o polo agropecuário. Thomaz Nogueira reconheceu que o Distrito Agropecuário é uma das dimensões de grande relevância na história do modelo **ZFM** e assumiu o compromisso público de elaborar um plano específico de resgate do papel do distrito agropecuário da **SUFRAMA** em sua gestão.

Ao final da cerimônia, o **Superintendente** recebeu uma placa comemorativa pelos ótimos resultados alcançados pela **Zona Franca de Manaus** que, só com o Polo Industrial, em 2011, faturou aproximadamente US\$ 41 bilhões e gerou 600 mil empregos (entre diretos e indiretos).